

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - EAD**

VINICIUS DA SILVA

**REFLEXOS DA MARCHA DAS MARGARIDAS NA PARIDADE DE GÊNERO NO  
MOVIMENTO SINDICAL NA REGIONAL CENTRO SERRA DO RIO GRANDE DO SUL:  
UM POUCO DA LUTA DAS TRABALHADORAS RURAIS EM BUSCA DE DIREITOS.**

Tramandaí

2022

VINICIUS DA SILVA

**REFLEXOS DA MARCHA DAS MARGARIDAS NA PARIDADE DE GÊNERO NO MOVIMENTO SINDICAL NA REGIONAL CENTRO SERRA DO RIO GRANDE DO SUL: UM POUCO DA LUTA DAS TRABALHADORAS RURAIS EM BUSCA DE DIREITOS.**

Trabalho de conclusão de curso, objetivo requisito para obtenção de título de Licenciado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Orientadora: Daniela de Oliveira.

Tramandaí  
2022

## CIP – Catalogação na Publicação

Da Silva, Vinicius  
REFLEXOS DA MARCHA DAS MARGARIDAS NA PARIDADE DE GÊNERO  
NO MOVIMENTO SINDICAL NA REGIONAL CENTRO SERRA DO RIO  
GRANDE DO SUL:UM POUCO DA LUTA DAS TRABALHADORAS RURAIS  
EM BUSCA DE DIREITOS.

/Vinicius Da Silva – 2022.

57 f.

Orientador: Daniela Oliveira.

Trabalho de conclusão de curso Licenciatura em Ciências Sociais  
– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte,  
Licenciatura em Ciências Sociais, Tramandaí, BR-RS, 2022.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados  
fornecidos pelo (a) autor (a).

VINICIUS DA SILVA

**REFLEXOS DA MARCHA DAS MARGARIDAS NA PARIDADE DE GÊNERO NO MOVIMENTO SINDICAL NA REGIONAL CENTRO SERRA DO RIO GRANDE DO SUL: UM POUCO DA LUTA DAS TRABALHADORAS RURAIS EM BUSCA DE DIREITOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso, objetivo requisito para obtenção de título de Licenciado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS e área de concentração. Orientadora Daniele Oliveira. Co Orientador Carla Camargo

Data de aprovação: (23/01/2023)

Banca examinadora

---

Prof. Dr. Alex Mengel

Professor Adjunto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Anelise Graciele Rambo

Docente do Departamento Interdisciplinar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PGDR/UFRGS.

---

Prof.

## **AGRADECIMENTOS**

Para a realização deste estudo agradece-se o contributo de pessoas e organizações que direta ou indiretamente contribuíram para a realização do estudo em tela.

Gostaria de agradecer à minha queridíssima orientadora, a Professora Scheila Simone Sicretti, coordenadora do Polo De Sobradinho, que foi de fundamental importância, sendo muito prestativa e elucidativa nos momentos de maiores dificuldades científicas.

Agradeço ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobradinho pelo estímulo para o desenvolvimento deste estudo.

E, por último, mas não menos importante, exprimir um agradecimento especial à família, pai e mãe, sogro e sogra, cunhadas, esposa Adriani Puntel da Silva e filha Iara Krisna Puntel Da Silva pelo apoio, carinho e compreensão nos momentos ausentes e de devaneios, meu MUITO OBRIGADO.

“É dentro de um mundo dado que cabe ao homem fazer triunfar o reino da liberdade; para alcançar essa suprema vitória é entre outras coisas, necessário que, para além de suas diferenciações naturais, homens e mulheres afirmem sem equívoco sua fraternidade”.

Simone de Beauvoir em seu livro *O Segundo Sexo*

## RESUMO

Este estudo busca evidenciar lutas e conquistas das mulheres, sobretudo, as lutas das trabalhadoras agricultoras rurais, que executam labores dos mais sofridos no campo, constituindo-se em braço forte que lastreia a sociedade com o produto de seu trabalho, enquanto abastecem as mesas da cidade e do próprio campo. A análise aqui apresentada tem como referência a luta da sindicalista Margarida Maria Alves, como forma de evidenciar o trabalho e a força da mulher do campo na busca dos direitos. Assim, este estudo visa observar a presença de mulheres nos quadros de participação em diretorias de STR, da Regional Sindical Centro Serra, da FETAG, no período de quatro mandatos das diretorias. Pós implementação das cotas de mulheres nas diretorias O presente estudo de caso resulta de pesquisa bibliográfica com método dedutivo- analítico. A pergunta que orienta o trabalho indaga se as políticas de cotas do movimento sindical de fato contribuíram para a inserção das mulheres nos cargos efetivos de diretorias sindicais. Chegou-se à conclusão de que a Federação gaúcha e seus sindicatos estão alinhados com as orientações da Confederação com relação a paridade entre homens e mulheres, mas em diferentes intensidades.

**Palavras-chave:** marcha das margaridas, mulheres rurais, trabalhadoras rurais, feminismo rural.

## **REFLECTIONS OF THE MARGARIDAS MARGARIDAS ON GENDER PARITY IN TRADE UNION MOVEMENT IN THE REGIONAL CENTRO SERRA DO RIO GRANDE DO SUL: A LITTLE BIT OF FIGHT OF RURAL WORKERS IN SEARCH OF RIGHTS.**

This study seeks to highlight the struggles and achievements of women, above all, the struggles of rural agricultural workers, who carry out the most difficult tasks in the countryside, constituting a strong arm that supports society with the product of their work, while supplying the tables of city and the countryside. The analysis presented here has as reference the struggle of the trade unionist Margarida Maria Alves, as a way of highlighting the work and strength of rural women in the search for the rights that are due to them. Thus, this study aims to observe, through the participation tables in the boards sworn in by consulting their Facebook pages as well as in a Google search on the swearing-in ceremonies of the boards of six of the rural workers unions and reports from virtual periodicals, of the Regional Trade Union Center Serra, in the period of four mandates of the boards. Post-implementation of quotas for women on boards This case study is the result of a bibliographical research with a deductive analytical method. Thus, having as a guiding question the policies of quotas of the union movement, in fact, contributed to the insertion of women in effective positions of union boards. It was concluded that the Gaucho Federation and its unions are aligned with the Confederation's prepositions regarding parity, some faster than others, but in line with the resolutions.

**Keywords:** March of Daisies, Rural Women, Rural workers, feminism Rural.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura N° 01- Margaridas ocupando a esplanada dos Ministérios.....	32
Foto N° 02 — Diretoria da FETGRS 2020.....	44

## LISTA DE TABELAS

Gráfico N° 01 – A Marcha das Margaridas (de 2000 a 2015) .....	33
Gráfico N° 02- Participação das mulheres nas diretorias.....	41
Gráfico N° 03 Participação das mulheres em diretoria por Sindicato desde a implantação do 11ª Congresso da CONTAG .....	47

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARISE	Alcançando a Redução do Trabalho Infantil Pelo Suporte à Educação
CNTTR	Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Agricultores
DAP	Declaração de aptidão ao PRONAF
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ENFOC	Escola Nacional de Formação da CONTAG
FEAPER	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETAGs	Federações de Trabalhadores na Agricultura
FETAG-RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Rio Grande Do Sul
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
NEAD/MDA	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
PPIGRE/MDA	Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
STAF's	Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares
STTRs	Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>- 12 -</b>
<b>1. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>14</b>
1.1 Novos movimentos sociais no Século XX	14
1.2 Os movimentos feministas: origem e pautas de reivindicação	15
<b>2. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: O RURAL E AS MULHERES</b>	<b>14</b>
<u>2.1</u> Movimentos sociais rurais e a pauta das mulheres	14
<u>2.2</u> Origem e formação dos sindicatos e o sindicalismo no Brasil	16
2.3 Fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	20
2.4 A Criação da Marcha de Mulheres Agricultoras	23
<b>3. RESULTADOS</b>	<b>14</b>
Presença das mulheres nas diretorias dos sindicatos da Regional Centro Serra da FETAG no RS	15
Participação feminina nos espaços de direção do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais	17
<b>4 CONCLUSÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>14</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre a luta das mulheres trabalhadoras rurais para implementar a paridade nos órgãos de gestão dos sindicatos STRs (Sindicatos de Trabalhadores Rurais) e nas diretorias dos mesmos, visando o desenvolvimento, consubstanciado na força e união das mulheres camponesas, que lutam por igualdade, dignidade, participação para exercerem a cidadania propalada na Constituição brasileira, sendo de grande relevância no cenário atual.

Ao longo das gerações, a luta das mulheres vem, de forma gradativa, consubstanciando dificuldades, no sentido de sua inserção no seio da comunidade, nas instâncias política, social, cultural, judiciária, econômica, como reflexos de seus esforços e de inúmeras batalhas travadas. As referidas lutas das mulheres fundam-se, geralmente, em organizações, sindicatos, grupos, movimentos, porém, outras vezes, são empreendidas por mulheres, de forma isolada, que erguem suas bandeiras pela causa feminina.

Nos dias atuais justifica-se, que as mulheres buscam, cada vez mais, o aprimoramento, como forma de participação em igualdade de condições. Prova disso são os inúmeros cursos ofertados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Rio Grande Do Sul (FETAGRS) e Confederação Nacional dos Trabalhadores Agricultores (CONTAG). Além de participação de grupos de estudos, momentos de formação, cursos de capacitação, oficinas, seminários, etc.

A Marcha das Margaridas, é uma mobilização de mulheres do campo, da floresta e das águas que lutam por políticas e direitos, sendo a maior mobilização nacional de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil. A Marcha tem reivindicado seu espaço, tanto na sociedade como no próprio movimento sindical, com a paridade na gestão participativa e democrática de gênero nos STRs.

A marcha é realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que reúne 25 Federações Estaduais e 3.640 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, sendo a maior ação de mulheres do campo da América Latina, mobilizando entre 20 e 100 mil mulheres em Brasília, conforme cada edição.

Tem o objetivo de lutar por uma sociedade mais justa, com equidade de gênero e que respeite os direitos humanos. A primeira edição foi realizada em agosto do ano de 2000, por ser o mês do assassinato de Margarida Alves. Os eventos repetem-se a cada quatro anos.

Desse modo, durante os quatro anos tem-se intensa atividade nos sindicatos e nas federações mobilizando e debatendo temas pertinentes à agricultura, política, soberania alimentar e assuntos ligados ao protagonismo feminino.

A última edição ocorreu em 2019 e teve a presença de mais de cem mil mulheres. Essa ampla participação na Marcha das Margaridas fomentou na elaboração do seguinte questionamento: Como vem ocorrendo a participação das mulheres nas diretorias dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais? Ou seja, a capacidade de mobilização e participação na Marcha das Margaridas têm sido reconhecidas em âmbito local?

A partir desta pergunta o objetivo deste trabalho é analisar a participação de mulheres trabalhadoras rurais em Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Regional Centro Serra do RS. Bem como resgatar a história da Marcha das Margaridas e suas repercussões na busca pela equidade de gênero.

Como objetivos específicos delimita-se: (a) investigar a inserção das mulheres nas diretorias dos STRs e (b) avaliar a participação feminina nos espaços de direção do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais como preconiza a Marcha das Margaridas.

No âmbito da organização da FETAG o estado do RS está dividido em 23 Regionais Sindicais que perfazem uma representação de todos os STRs A Regional Sindical Centro Serra, objeto deste estudo, representa 11 Sindicatos, dos quais 6 foram delimitados para estudo. Utilizando-se como quesito de escolha os Sindicatos que mais notícias se tem publicação bem como divulga em suas redes sociais suas posses de diretoria.

Metodologicamente utilizou a busca em suas redes sócios ao longo de 10 anos de publicações o que consumiu em média 10 horas de busca e pesquisa por cada unidade de pesquisa, observa-se que foram feitas dupla pesquisa, na página da

entidade bem como do seu respectivo diretor presidente, em alguns casos pesquisa nos periódicos locais para conferir o resultado.

Assim, no presente estudo se buscou verificar como seis STRs da Regional Sindical Centro Serra vêm implementando a alocação de mulheres em seus quadros de diretoria desde 2012 até 2022.

Trata-se de estudo de caso com pesquisa bibliográfica de natureza quantitativa e documental. Foram consultados (a) atas de posse das diretorias dos STRs analisados; (b) fotografias de tomada de posse das diretorias dos sindicatos e (c) reportagens de periódicos virtuais da região.

Este trabalho encontra-se estruturado da seguinte maneira: após esta introdução trata-se dos novos movimentos sociais no Século XX, dos movimentos feministas bem como dos movimentos sociais rurais e a pauta das mulheres.

No capítulo seguinte trata-se sobre os movimentos sociais rurais no Brasil, da origem e formação dos STRs e da Marcha das Margaridas. O terceiro capítulo é dedicado a responder às questões de pesquisa, apresentando conteúdos sobre a presença e a participação de mulheres nos STRs e nas suas diretorias. Por último apresenta-se as conclusões do trabalho.

## 1. REFERENCIAL TEÓRICO

### 1.1 Novos movimentos sociais no Século XX

Antes de aprofundar em discussões seja de fundamental importância compreender sobre o que são movimentos sociais, e seus objetivos. Dessa maneira, “movimentos sociais devem ser entendidos como ações coletivas orientadas para a promoção de mudanças, no todo ou em parte, em instituições, condições ou relações sociais”. (GEHLEN, 2015, p. 66). Para Meireles (2015):

O conceito de “novos movimentos sociais” se origina na expressão cunhada na Europa, nas análises de Touraine (1978) e Melucci (1989), inaugurando uma perspectiva baseada na cultura e na identidade, negando o marxismo como único paradigma capaz de dar conta da explicação da ação coletiva na sociedade contemporânea. (MEIRELES, 2015, p. 25)

Englobando nesse contexto “os movimentos emergentes da sociedade civil, como o das mulheres, os ecológicos, contra a fome, pela paz, dos negros, dos homossexuais, dos jovens, distanciando-se do caráter essencialmente classista”. (MEIRELES, 2015, p. 25)

Nesse sentido aponta MEIRELES, 2018, p. 19

De forma mais genérica, os movimentos sociais podem ser entendidos como sujeitos sociopolíticos relevantes, que mobilizam valores e visões de mundo, apontam para novas culturas e ordens sociais, constituem-se de amplos repertórios de interesse, assentam-se em identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais, e conformam novas gramáticas de convivência coletiva e de vida social, agindo sempre à margem das instituições.

Para o mesmo autor os movimentos sociais são a expressão das demandas de grupos sociais específicos, que manifestam distintos projetos, interpretações de mundo e sentimento de injustiça, de liberdade e de pertencimento. Estes movimentos articulam os mais diversos conteúdos e questões, tais como questões urbanas, ambientais, indenitárias, culturais, de gênero, etnia ou gerações, de justiça social, de fome e miséria, de trabalho, religiosas, rurais, políticas. (MEIRELES, 2018). Gehlen (2018) cita ainda as questões relacionadas a gênero, a luta das mulheres, a luta dos homossexuais, a pauta dos jovens.

Pode-se compreender que um movimento social existe quando um grupo de indivíduos está envolvido num esforço organizado, seja para mudar, seja para manter alguns dos elementos das sociedades mais amplas, assumindo, nesse sentido, caráter tanto de conservação quanto de transformação. (GEHLEN, 2018, p. 68)



## 1.2 Os movimentos feministas: origem e pautas de reivindicação

Desde os primórdios, a mulher vem sendo relegada em seu papel na sociedade, o que pode ser demonstrado pelas inscrições no cilindro de Ciro, o Grande Rei da Pérsia, por volta de 539 a.C, que vem sendo apontado como o primeiro instrumento de direitos humanos. Depois dele, outros documentos de grande importância ratificaram a existência de direitos individuais fundamentais, tais como a Declaração Inglesa de Direitos (1689), a Carta de Direitos dos Estados Unidos (1776) e, sobretudo, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa (1789) que, também, dedicaram-se aos Direitos Humanos. (SILVA, 2015, p. 09)

Assim quando se menciona papel da mulher na sociedade tem estrita relação com a evolução da mulher no contexto social, cultural e econômico. Inicialmente, o sexo feminino estava sob o domínio masculino, primeiramente na figura do pai e mais tarde na do marido". Ou seja, ao longo do tempo as mulheres vêm sendo deixadas de lado pela sociedade na ocupação de espaço nas esferas de poder e de tomada de decisão. (KORSACK, 2014, p. 01)

Porém, nenhum desses documentos preocupou-se com a causa da mulher. Somente dois anos após o advento do documento de 1789, foi que surgiu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, ratificando que a "mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos". Esta declaração, da autoria de *Olympe de Gouges*, foi ignorada política e academicamente até o século XX, quando, então, foi republicada. (SILVA; LONDERO, 2015).

Na Idade Média, as mulheres tiveram acesso à literatura e às artes, por serem atividades não interessantes aos homens, já que menos viris. No entanto, no século XVIII, com o final da chamada caça às bruxas e da Inquisição, o que efetivou milhares de execuções de mulheres, as mulheres tiveram um pequeno reconhecimento.

A construção do que é homem e do que é mulher se dá socialmente, argumento corroborado pela máxima beauvoiriana de que não se nasce mulher, torna-se, aludindo que para que a mulher obtenha seu lugar ao sol, deverá lutar por ele, a partir de seus próprios empreendimentos (BEAUVOIR, 1991).

Weyl (2011, p. 3) afirma, por sua vez, que as diferenças físicas entre as pessoas já foram usadas inúmeras vezes, no decorrer da história, para tentar justificar escravidão e genocídios.

Tudo o que for característico de um grupo superior será sempre usado como justificativa para sua superioridade e tudo o que for característico de um grupo “inferior” será usado para justificar suas provações. Homens negros eram recrutados para empregos mal pagos por serem, segundo diziam, mais fortes do que os brancos, enquanto as mulheres eram relegadas a empregos mal pagos por serem mais “fracas. (WEYL, 2011, p. 3)

Assim, não é o fato em si - a força – que coloca os sujeitos em superioridade ou inferioridade e, sim, os interesses dos grupos dominantes que usam tais características como justificativas da opressão exercida para obter vantagens e privilégios. A americana Gayle Rubin, antropóloga cultural, ativista e teórica de influência sobre temas de gênero, ao lançar *The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex*, apresenta o seu sistema sexo/gênero. Seu discurso não aceita o determinismo ou o destino, entendendo que existe “um conjunto de arranjos pelo qual a sociedade transforma a sexualidade biológica (...) e as relações de gênero não resultam da existência de dois sexos e sim, de um sistema sexo-gênero. (RUBIN, 1993, p. 2)

Esse conceito rompe com a teoria funcionalista, na qual gênero assegura a reprodução social. Nesta revisão, cabe lembrar a Teoria do Construcionismo que, prega que os significados de gênero se moldam pelas estruturas sociais e pelos processos históricos, buscados individualmente pelas mulheres para a formação de sua identidade e de suas significações.

De outro lado, a Teoria da Desconstrução, capitaneada por Judith Butler, expõe que gênero é uma certeza de corpo, com tabus e prescrições.

Isso rompe com a teoria inicial sobre gênero, que tratava da biologização, bem como com a teoria rubiniana do sistema sexo/gênero. É Judith Butler quem afirma que “os corpos não se conformam, nunca, completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta”. É categórico o discurso de Butler ao afirmar que o processo de desconstrução afeta tanto o biológico quanto o cultural, razão pela qual, segundo a autora, é necessário que sejam vistas as capacidades sexualmente diferentes, como por exemplo, hormônios, cromossomos, etc., sem a negativa da materialidade e da diferenciação entre os sexos (LONDERO, 2012, p. 56).

Mesmo o Estado entre suas políticas públicas não reconhece o protagonismo da mulher, uma vez que as políticas para mulheres, em suma, assumem caráter

amplamente assistencialista e vislumbrando as mulheres como meras receptoras das políticas públicas. Desse modo, consideram, apenas, a mulher associada à reprodução, esquecendo-se de suas potencialidades natas enquanto agente de transformação social, econômica e política, transformando-se em vetor do desenvolvimento. (WEYL, 2010, p.4)

Nessa linha, pesquisas são canalizadas para o estudo do processo de feminização da pobreza, que se inicia quando a mulher, sozinha, precisa providenciar o seu sustento e o de sua filha/a, consubstanciando fenômeno que pode ser associado ao modo de participação da mulher no mercado de trabalho. Mas não é possível mencionar que não existam mulheres pobres vivendo com seus maridos. Há, também, mulheres pobres em famílias chefiadas por homens que são igualmente pobres. Diversa pesquisa concentra-se em analisar as mulheres que são pobres porque são mulheres, investigando-se as consequências econômicas e sociais de ser mulher, sem o apoio de um marido, o que pode conduzir à pobreza, “para os homens, a questão principal é a carga de dependência, pois o número de filhos nas famílias nucleares é maior do que nas de chefia feminina. Enquanto que para as mulheres, a questão principal é a desigualdade no mercado de trabalho”. (WEYL, 2001, p.6).

É fácil chegar-se a essa dedução, já que são denotados indícios que incidem, objetivamente, na desigualdade da mulher em relação ao homem no mercado de trabalho. O comportamento esperado pelo homem é o de provedor financeiro da família, quanto à que a mulher desenvolve atividades de cuidadora. (FERRARI, 2013). Por isso, nos dias de hoje, “não são poucas as mulheres que vêm no casamento o seu destino de vida e não almejam outras realizações pessoais” (WEYL, 2011, p.6)..

Neste sentido,

Se uma mulher tem baixa estima, espera pouco de si e dos outros. Ela pensa que primeiro deve servir ao outro, e se coloca por último na busca de satisfação de suas necessidades. Ela pode escolher um parceiro que não a respeita, por pressupor que não precisa ser respeitada. Ela não tem consciência disto, o que é o pior dos fatores que a oprimem. A pior opressão é a que vem de dentro do ser humano. É aquela que a própria pessoa se impõe, após ter sido oprimida pelo outro durante seu processo de desenvolvimento. É a opressão que a pessoa coloca para dentro e depois atua policiando a si mesma, desconhecendo que interiorizou a repressão. (FERRARI, 2013, p. 2).

Assim, “a mulher interiorizou esta repressão e seu processo de inferiorização é histórico cultural”, sendo que o “resultado é sua baixa autoestima, o que a coloca como servidora/escrava do outro e a faz auto sabotar seu potencial” (FERRARI, 2013, p.3).

A construção da autoestima é o caminho para a mulher reformular sua questão de poder, de dentro para fora. De nada adianta conquistar poder na sociedade, se a mulher continuar a ser a única cuidadora no seio familiar e interiorizar esta função. O empoderamento significa que a mulher, deve tomar para si seus direitos, revestindo-se e investindo-se de poder, pois “luta por seus direitos quem os reconhece, mas acima de tudo, quem se reconhece como digno deles” (FERRARI, 2013, p. 3).

Neste sentido se observa que no século XIX, surge um novo discurso filosófico sobre a mulher, com manifestações contra a discriminação feminina e a luta pelo direito ao voto, acontecimentos que preveem uma melhoria na perspectiva da forma de viver das mulheres.

Tem-se que, segundo leciona RODRIGUES (2016, p.5): “valores e discursos vão se alterando, no século XIX, ampliam-se a reflexão sobre as mulheres, permeada pelo direito, à igualdade e a busca da emancipação, principalmente com a invenção do feminismo, cujo maior destaque será no século X”.

As mulheres vão às ruas para lutar por seus direitos, Olympe de Gouges, à frente de um grupo organizado de mulheres, insurgiu-se contra a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, que foi o embrião de um modelo de cidadania que excluiu as mulheres e que influenciou todo o Ocidente. A feminista de vanguarda redigiu, em 1791, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Tal declaração é inclusiva e prevê a presença de homens e mulheres na sociedade e na política, porém a dos homens não previa, portanto, ao contrário da Declaração dos Direitos do Homens e do Cidadão, feita pelos homens”. (MONTEIRO, 2008, p. 34-36).

Mais à frente, partir da segunda metade do século XX, que já foi chamado de “século das mulheres”, a humanidade presenciou uma revolução sem precedentes no papel e nos direitos das mulheres, a qual vem causando impactos em toda a sociedade” Uma vez que havia terreno fértil para o florescimento da nova mulher, partícipe do cenário político, social e cultural, pois nenhuma revolução social de nossa

época foi tão profunda, tão rápida, tão rica de futuro quanto à emancipação feminina”  
(MONTEIRO, 2008, p. 36.).

## 2. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: O RURAL E AS MULHERES

### 2.1 Movimentos sociais rurais e a pauta das mulheres

Pode se mencionar que os “movimentos sociais rurais estão no cerne da explosão de amplo conjunto de movimentos sociais e políticos, os quais emergiram como expressão dos mais variados segmentos sociais, desde o século XIX”. (GEHLEN, 2018, p. 66). Entre os movimentos sociais rurais, têm-se diversas formas de expressão de atores sociais rurais, caracterizando, por exemplo, o movimento de luta pela terra, o movimento de mulheres rurais, o movimento sindical rural, o movimento de jovens rurais. (GEHLEN, 2018)

A luta por justiça e dignidade no campo levou a Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG a formar o movimento que passou a ser chamado de “Marcha Das Margaridas”, como homenagem e uma forma de denunciar que, após 17 anos da sua morte, ainda não se tem um desfecho para o assassinato (SILVA, 2008, p. 71). A Marcha das Margaridas também foi inspirada no movimento que aconteceu no Canadá francês, em Quebec, (a Marcha Pão e Rosas). Essa experiência foi compartilhada com mulheres representantes de movimentos diversos países. (SILVA, 2008, p. 87).

A conquista das mulheres com relação ao aumento do salário no Quebec repercutiu nos movimentos de mulheres de vários lugares do mundo, resultando na ideia de um grande encontro. Neste contexto, as articulações a respeito de se fazer uma marcha no Brasil, tiveram início com a participação das organizações de mulheres brasileiras no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 1999, constituindo-se em momento de socialização desta e de outras experiências (SILVA, 2008, p.87).

Assim, "o objetivo foi à organização de uma marcha só de mulheres, para levar adiante a ideia a todas as organizações que pudessem que quisessem e que se interessassem” (idem), já que a temática da marcha interessaria a diversos outros movimentos de mulheres. Naquele momento histórico, as principais questões estavam pautadas na Carta das Mulheres Brasileiras, articulada com a Marcha Mundial de Mulheres, um movimento feminista internacional, que se iniciou em 2000, com a

finalidade de realizar uma campanha mundial contra a pobreza e a violência contra as mulheres. (SILVA, 2008, p.87).

Nesse sentido, Silva (2008, p.88) garante que a sugestão da realização da Marcha Mundial foi bem aceita pelas mulheres trabalhadoras agricultoras rurais, que marcharam pelo Brasil e mundo afora, enquanto a Carta também circulava por diversos países. Assim, mulheres de todas as partes do mundo encontrar-se-iam em Nova York e, depois, em Washington.

Em todas as oportunidades possíveis no momento de constituição da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), as mulheres trabalhadoras agricultoras rurais coletaram assinaturas para a Carta das Mulheres Brasileiras. Os temas da referida carta relacionavam-se com a terra, o trabalho, os direitos sociais, a autodeterminação e a soberania. Com isso, estava criada a maior manifestação de mulheres trabalhadoras rurais da América Latina, que pretendia reunir em Brasília vinte mil mulheres trabalhadoras rurais, que arrecadavam valores nos assentamentos e, também, doavam animais para serem vendidos, gerando fundos para a realização da Marcha (SILVA, 2008, p. 89).

Observa-se que após a morte de Margarida Alves, ela se tornou símbolo político, representativo das mulheres trabalhadoras, dando nome ao evento chamado Marcha das Margaridas, que se constitui em mobilização nacional de milhares de mulheres trabalhadoras rurais, cujo objetivo é dar visibilidade, reconhecimento da categoria trabalhadora rural e avançar nas políticas públicas. (FETAG,2015, p. 08)

A marcha é realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que reúne 25 Federações estaduais e 3.640 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no território nacional. A marcha tem o objetivo de buscar uma sociedade mais justa, com equidade de gênero e que respeite os direitos humanos.

A primeira Marcha das Margaridas foi realizada no ano de 2000, em Brasília, sob o lema “2000 Razões Para Marchar: Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”, reunindo mais de 20 mil mulheres trabalhadoras rurais, que denunciaram o modelo de desenvolvimento neoliberal, que condicionou principalmente as mulheres trabalhadoras a uma vida de discriminação, pobreza, violência e exclusão social. A

pauta do evento fez constar debates sobre as políticas públicas voltadas à documentação, ao acesso à terra, à Agroecologia, ao enfrentamento à violência sexista e a outras formas de discriminação e violência no campo, saúde pública com assistência integral à mulher e políticas permanentes de recuperação do salário no campo (FETAG, 2015, p.10).

Além da manifestação, foi apresentado ao Governo o documento com reivindicações sobre questões estruturais, como por exemplo, a reforma agrária, a preservação do meio ambiente, o fortalecimento da agricultura familiar, a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, a proposição de programas e políticas sociais voltados para geração de renda, saúde, educação e o enfrentamento à violência sexista (FERREIRA, 2014, p.39).

Ao longo das gerações, a luta das mulheres vem, de forma gradativa, consubstanciando dificuldades, no sentido de sua inserção no seio da comunidade, nas instâncias política, social, cultural, judiciária, econômica, como reflexos de seus esforços e de inúmeras batalhas travadas.

Nesse sentido, “o desejo por democracia radical voltada à luta por direitos daqueles que padecem sob injustiças que foram armadas sistematicamente pelo patriarcado”, assim na Marcha das Margaridas como expoente dessa luta, levando a luta das mulheres como “filosofia, como teoria e prática, que deve ser retirado da seara dos assuntos polêmicos e deve ser enfrentado, com urgência, como a potência transformadora”. (TIBURRI, 2018, p. 04)

As referidas lutas das mulheres fundam-se, geralmente, em organizações, sindicatos, grupos, movimentos, porém, outras vezes, são empreendidas por mulheres, de forma isolada, que erguem suas bandeiras pela causa feminina.

### 2.1.1 Origem e formação dos sindicatos e o sindicalismo no Brasil

Com a queda do feudalismo na Europa, num longo processo iniciado a partir do século XVII, a sociedade se divide claramente em duas classes. De um lado, a burguesia, dona dos meios de produção - instalações, máquinas, matérias primas, de outro o proletariado. O termo burguesia deriva de burgos, que eram as pequenas



localidades nos arredores dos feudos, onde viviam os comerciantes e os artífices – os germes dos futuros industriais. Do outro, o proletariado, desprovido de tudo, obrigado a vender a sua força de trabalho aos capitalistas. A expressão proletariado vem do latim da antiga Roma e significa que, os cidadãos que viviam à beira da miséria e que tinham uma prole numerosa. (CONTAG, 2007, p. 9)

Nesse sentido, os primeiros sindicatos nascem exatamente na Inglaterra - considerada o “berço do capitalismo”. Pois foi nesse país que se fez a primeira Revolução Burguesa da história - dirigida por Cromwell, em 1640. Desta maneira, depois de muitas marchas e contramarchas, a burguesia se fixou no poder, juntou e consolidou capital realizou a primeira Revolução Industrial - no século XVIII. Uma vez que, "o capitalismo inglês vai viver a partir daí um intenso processo de desenvolvimento, com a superação do trabalho artesanal, posteriormente da produção manufatureira e, a partir da introdução de novas máquinas, com o surgimento das grandes fábricas". (CONTAG, 2007, p. 10)

Nesse sentido, com o desenvolvimento do capitalismo deixará irrefutável a incompatibilidade desse sistema. Pois para extrair a mais-valia, fonte dos lucros, a burguesia inglesa determina uma jornada de trabalho que atinge até 16 horas diárias. “Os salários serão os mais reduzidos e as condições de trabalho, as mais precárias.” Tendo por objetivo de atrair mão-de-obra livre, ela articula os famosos “cercamentos” no campo, nos séculos XVII e XVIII, afastando os servos das glebas rurais para torná-los “homens livres”, habilitados ao trabalho assalariado. (CONTAG, 2007, p. 10)

Nesse interim o período, “são constituídos enormes contingentes de desempregados nos centros urbanos, que Marx chamará de exército industrial de reserva, como forma de baratear o custo do trabalho através da concorrência”. Contag, 2007, p.10.

Assim sendo;

A introdução das novas máquinas, que representa a consolidação definitiva desse novo modo de produção, também agravará as contradições entre capital e trabalho. Através desses novos instrumentos, a burguesia golpeia os artesãos e suas corporações, que tinham grande poder de barganha. Com as máquinas, ela não necessita mais de mão de obra especializada do artesão, pode introduzir a mulher e o menor no mercado de trabalho, com salários mais aviltados e em piores condições de trabalho. (CONTAG, 2007, p. 10)

Desse modo, Leo Huberman, no livro “História da Riqueza do Homem”, percebe-se a respeito desse brutal processo de rebaixamento do nível profissional. Segundo ele, tem-se, por exemplo, a narrativa de uma criança de 11 anos a uma comissão do parlamento inglês, em 1816: “Sempre nos batiam se adormecemos. O Capataz costumava pegar uma corda da grossura do meu dedo polegar, dobrá-la e dar-lhe em nós. Trabalhei toda a noite, certa vez”. Pois com todas essas circunstâncias de exploração, próprias do novo sistema econômico, vão trazer relutância entre os explorados. Por esse motivo o processo de luta cruzará por longas experiências. (CONTAG, 2007, p. 11)

As greves e os sindicatos, por exemplo, não surgirão num estalo de dedos, sem antes, a classe operária galgar por um longo processo de aprendizado e transformação, até encontrar as maneiras mais eficientes de luta e vindo a concluir que sua união é de suma importância para se contrapor ao poder do patronato. (CONTAG, 2007, p. 11)

Assim uma das mais relevantes formas de luta foi o Ludismo, similarmente conhecido como o movimento dos quebradores de máquinas. Principiantes, “a jovem classe operária viu nas máquinas o seu principal inimigo. Enfim, aparentemente a máquina é que era responsável pelo desemprego dos trabalhadores especializados, pela inserção da mulher e do menor nas fábricas em condições degradantes desumanas”. (CONTAG, 2007, p.11)

## **2.2 Os Sindicatos no Brasil**

Antes de adentrar na criação dos Sindicatos se faz mister um pequeno apanhado da evolução da colonização da sociedade brasileira para poder compreender o cenário da criação dos sindicatos no Brasil.

Nos primórdios da colonização brasileira, a conquista do território brasileiro pelos portugueses ocorreu com a colonização de exploração. Dessa forma extraindo da colônia tudo que ela pudesse oferecer. Pode-se afirmar que a luta pela terra propiciou no momento em que os colonizadores tomaram conhecimento da imensidão do território brasileiro, que era, e é, abundante em matérias primas totalmente

disponíveis para exploração. Sucedendo-se que o Brasil foi dividido em grandes áreas, chamadas de capitanias hereditárias. (CONTAG, 2003, p.10)

Neste sentido, os proprietários não permitiam o estabelecimento de lavradores em suas terras, a não ser como seus dependentes, fazendo com que muitos se tornassem posseiros de pequenas porções existentes entre uma propriedade e outra. Outros foram para locais distantes, começando a formar a categoria de agricultores familiares, pode-se mencionar que os “nobres e comerciantes instalaram aqui os engenhos de açúcar, iniciando o que chamamos de plantation, uma combinação de latifúndio e monocultura voltada a atender ao mercado externo”. Sendo que a mão-de-obra escrava, oriunda da África, sustentava esse modelo. Uma das formas mais significativas de resistência dos escravos africanos era a fuga para os quilombos”. (CONTAG, 2003, p. 10)

Desta maneira no século XIX, vieram os primeiros colonos europeus não portugueses - suíços, alemães, italianos”. Eram agricultores pobres atraídos para o Brasil por promessas de terra, que passaram a ocupar áreas ainda não utilizadas, nas regiões Sul e Sudeste, e trabalhavam, principalmente, no regime de parceria ou colonato”. Uma vez que estes colonizadores promovem conflitos por terra e pela libertação dos escravos. (CONTAG, 2003, p.10).

Assim, em 1850, o Império delimitou o direito de posse da terra, por meio da Lei de Terras. Expressando a associação do capital com a propriedade de Terra, uma vez que a partir desse momento a terra foi transformada em uma mercadoria. Exclusivamente quem já dispunha dela e de capital podia ser proprietário, coibindo que os, ex-escravos, posseiros e os imigrantes pudessem se tornar proprietários, porém, se constituíssem em mão-de-obra assalariada necessária nos latifúndios. Segundo José de Souza Martins: “Enquanto o trabalho era escravo, a terra era livre. Quando o trabalho ficou livre, a terra ficou escrava”. (CONTAG, 2003, p. 10).

Neste sentido, com o término da primeira guerra mundial (1914-1918), a revolução russa(1917), a quebra da bolsa de Nova York (1929), a crise do café, o movimento tenentista e a coluna Prestes assinalaram uma grande sequência de protestos de operários, artistas, militares, camponeses que iniciaram a solicitando a “suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária, a elaboração de uma

legislação protegendo os trabalhadores rurais, e a colonização em terras devolutas com base em pequenas propriedades.” A carência de uma organização ou entidade que agrupasse essas bandeiras, na época, foi um dos fatores que impossibilitou a estruturação e efetivação de legislação específica para o campo. (CONTAG, 2003, p. 11)

Assim na década de trinta com primórdio do governo de Getúlio Vargas, época de grande fortalecimento da política nacionalista e dos parques industrial nacional. “Nessa fase da política brasileira, surge também um novo momento para os sindicatos, um momento marcante na história do sindicalismo no país”. (GEHLE, 2018, p. 60)

Assim, tem-se que com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), Ação Popular (AP) – com vínculos aos católicos, as Ligas Camponesas participantes nos estados do Nordeste, do Sul e do Sudeste nas décadas de 50 e 60, desempenharam importante papel ao impulsionar a criação de sindicatos de trabalhadores rurais. (WATANABE, 2010, p. 03)

Sendo que essas ações ajudaram com os processos formativos e com a aparição de novas lideranças, ao “construir e difundir uma compreensão sobre o papel do sindicato, sobre as dimensões político-organizativas e sobre a elevação da capacidade reivindicatória da classe trabalhadora”. (WATANABE, 2010, p. 03).

### 2.3 Fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fundada em 22 de dezembro de 1963, entidade de representação é, conforme a estrutura sindical brasileira, uma organização articulada verticalmente em sindicatos de base local e federações estaduais, que conformam o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR. Emerge de um processo de lutas e resistências, protagonizadas historicamente por índios, escravos e camponeses, como reação à situação de violência, exclusão e exploração impostas para o campo. (CONTAG, 2015)

Tendo por objetivo a busca de melhores condições de vida e de trabalho para a categoria trabalhadora rural. Sua trajetória é fruto da organização, trabalho, articulação e mobilização dos mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e das 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) filiadas, num total de 15 milhões de agricultores e assalariados rurais, que compõem junto com a CONTAG o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). (CONTAG, 2015.)

No Rio Grande do Sul, a categoria está representada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG-RS). Quanto ao número de associados a FETAG representa no RS 365.000 propriedades de agricultura e pecuária familiar, 716.695 pessoas ocupadas na agricultura e na pecuária familiar e 321 sindicatos filiados. (FETAGS)

A estrutura de trabalho também inclui Comissões Estaduais Temáticas que reúnem representantes regionais para discutir temas específicos como fumo, saúde, gênero e geração, etc.

O Estado está dividido em 23 Regionais Sindicais que perfazem uma representação de todos os sindicatos dos trabalhadores rurais. Na estrutura municipal, os 497 municípios contam com 321 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) e/ou Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares (STAF's) filiados à FETAG-RS que com suas extensões de base atuam em cerca de 450 municípios.

No decorrer da história, a Confederação articulou distintos processos até chegar à elaboração da Política Nacional de Formação, que visa vincular iniciativas em inúmeras áreas temáticas em linhas de ação, como: formação político-sindical; organização social e produtiva; gestão sindical e sustentabilidade política e financeira; concepção e gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural, sendo protagonizadas pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais tais como “desenvolvimento, trabalho e cidadania; monitoramento, avaliação e sistematização da Política Nacional de Formação; desenvolvimento metodológico; e igualdade de oportunidades.” (WATANABE, 2010, p. 02)

Assim, dessa mobilização nasce também a Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC), que desenvolve seu papel com base no eixo temático “Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário” e nos eixos pedagógicos “Memória e Identidade” e “Pedagogia para uma Nova Sociabilidade”. Uma vez, que em seu cotidiano, ou seja, das práticas sindicais são também espaços de formação, onde se elabora e se auto reconhece, enquanto agente de transformação, contribuindo com “ a construção de conhecimento se realiza quando as lideranças sindicais trazem para a consciência elementos que as ajudam a questionar a realidade em que se encontram imersas”, devido ao cotidiano da luta e da vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. (WATANABE, 2010, p. 02)

Têm-se as lutas contemporâneas, como o Grito da Terra Brasil, Marcha das Margaridas, Festivais da Juventude e acampamentos, que propõem um conjunto de políticas que indagam a sociedade e mostram para a nova sociedade o que os trabalhadores e as trabalhadoras desejam construir. (WATANABE, 2010, p.02)

Nesse sentido, Watanabe, 2010, p.03;

Foi por meio do processo de formação, especialmente durante o regime militar, que o MSTTR construiu um Plano de Reforma Agrária e uma estratégia para a luta de resistência dos posseiros. Por meio da formação, projetou as greves dos assalariados e suas pautas de reivindicações, que acabam por produzir conquistas de direitos e mudanças nas relações de trabalho no campo. Não são diferentes os processos de lutas pela previdência e pela construção de “política agrícola diferenciada para os pequenos produtores” e, mais recentemente, o trabalho de organização das mulheres, que se inicia por instrumentos de formação como seminários, plenárias, etc.

Assim, com a finalidade de ratificar o espaço rural como lugar de realização da vida, e fonte de desenvolvimento sócio cultural, o movimento sindical visa desconstruir a oposição entre campo e cidade, buscando, desde seu surgimento, validar os valores presentes no campo, uma vez que, ao “estabelecer contraposições no tratamento dado à população do campo ao longo da história”. (WATANABE, 2010, p.03)

A CONTAG conquistou um espaço institucional de suma importância e organizou uma base social ampla no campo brasileiro. Na relação com os governos conseguiu administrar negociação com pressão e contribui decisivamente para construção de políticas públicas para área rural. (CONTAG, 2003.p 104).

Deve-se reconhecer a sua importância enquanto organização de defesa dos trabalhadores da agricultura brasileira, pois somente assim teremos uma sociedade mais justa e solidária. (CONTAG, 2003, p. 104)

Os movimentos sindicais dos trabalhadores rurais têm revelado grande capacidade de organização e mobilização, bem como seu caráter formativo, de denúncia e pressão, além de proposição, diálogo e negociações políticas com o Estado, vindo a ser a maior e mais efetiva ação das mulheres no Brasil. Como exemplo, tem-se a sindicalista Margarida Maria Alves (1943-1983). (CONTAG, 2003, p. 104)

#### 2.4 A Criação da Marcha de Mulheres Agricultoras

Partindo do interesse das mulheres em participar do processo político voltado à, construção de nosso país, nos moldes constitucionais da justiça e da solidariedade, com alternativas de desenvolvimento, a realização da primeira Marcha das Margaridas no ano 2000, significou amplo processo de mobilizações, formação, debate, reivindicações e proposições políticas, como sendo a mais destacada expressão pública que se vislumbrava na época. (CONTAG, 2009, p. 8).

A primeira Marcha das Margaridas teve como lema “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista, entoado por mais de 20 mil mulheres rurais, na Esplanada dos Ministérios em Brasília. Em 2003, foram 50 mil mulheres sob o lema “2003 Razões Para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”. (CONTAG, 2014, p. 5)

**Figura nº 01:** Primeira Marcha das Margaridas com as Margaridas ocupando a Esplanada dos Ministérios em Brasília.



Fonte: Fotografia de Cláudia Ferreira, 2014, p.10.

Portando faixas, cartazes e bandeiras, dando visibilidade às principais denúncias e às reivindicações na luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista. “*Chega de lona preta para morar, queremos terra para trabalhar*”. Na sequência, em 2007, 70 mil mulheres (CONTAG, 2015, p. 5) reuniram-se na luta contra a opressão patriarcal e na defesa da plataforma política, feminista e sindical.

Em 2011, foram 100 mil mulheres com “2011 Razões Para Marchar por Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade” (CONTAG, 2014, p. 5).

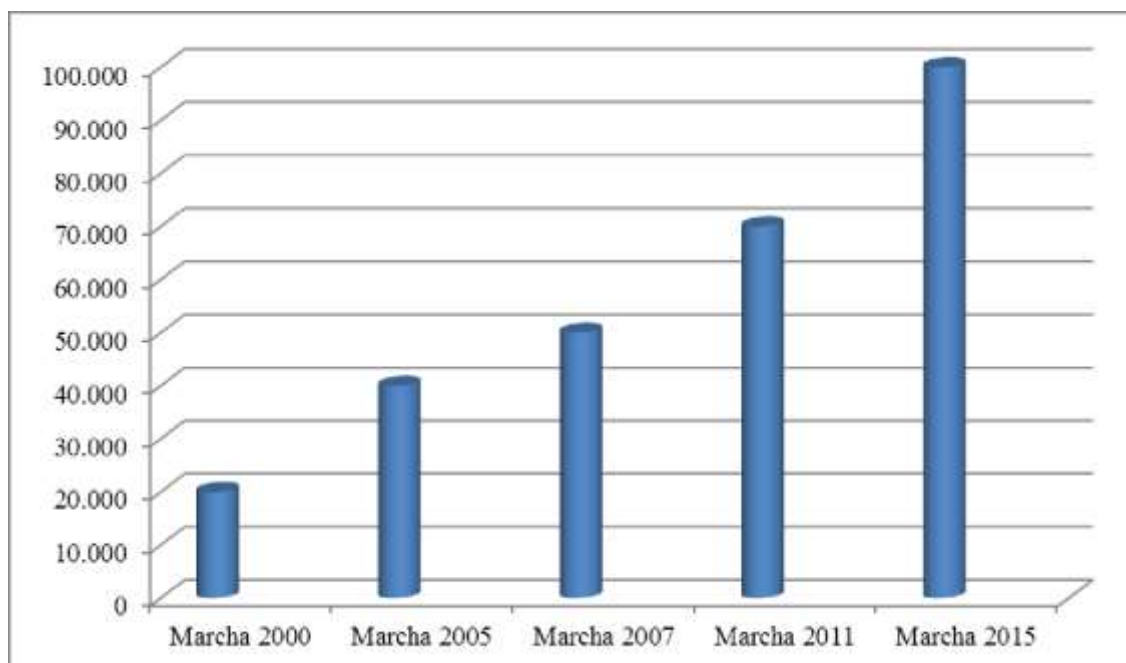
Em 2015, as Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade, sendo este o tema da 5ª Marcha das Margaridas de agosto de 2015. (BROCH, 2015, p.2).

Nessa edição reuniram-se, em Brasília, mais de 70 mil mulheres de diversos rincões do país, tornou-se a maior mobilização de mulheres da América Latina, com a participação de 16 países (Chile, Panamá, Equador, Peru, Uruguai, Moçambique, Paraguai, Guatemala, México, El Salvador, Bolívia, Costa Rica, Honduras, Argentina,



Venezuela e Colômbia), que se uniram às Margaridas brasileiras. (JORNAL DA CONTAG - Nº 25, p. 25).

Gráfico nº 1: Evolução do número de participantes nas Marchas das Margaridas (de 2000 a 2015)



Fonte: revista da Mulher, ano XVIII- Nº 18 – março 2015- p. 11.

Assim na edição de 2019 renovou-se os números de 2015, com a participação de mais de 100 mil mulheres na mobilização.

Do exposto, pode-se depreender que as mulheres trabalhadoras rurais ainda necessitam de maior atenção do Estado, por meio de políticas públicas e programas governamentais, que deixa a desejar em sua obrigação de garantir os direitos do cidadão (MACHADO, 2003, p. 56), já que é o meio próprio e constitucionalmente legítimo para a realização dos direitos dos cidadãos. E seu fim é o bem comum, que só se alcança quando há equânime distribuição de justiça e quando se pacificam os conflitos intersubjetivos. Nesse sentido, enquanto as injustiças imperarem, tanto no campo quanto na cidade, o Estado não estará efetivando seu papel de garantidor dos direitos do cidadão. Cabe ao cidadão o cumprimento de um papel que seria estatal.

No mesmo sentido, MACHADO (2003, p. 126) ao citar Bobbio (1996), afirma que “um sistema político povoado por cidadãos passivos” equivale a “um bando de ovelhas dedicadas tão somente a pastar o capim uma ao lado da outra”, sem reclamar

quando o capim é escasso. As Margaridas estão fazendo sua parte, na busca das garantias e dos direitos que a Constituição Federal de 1988 lhes assegura. Nesse sentido, Margarida Maria Alves afirmava que “*melhor morrer lutando, do que morrer de fome, pois, no fundo, bem no fundo, somos todos Margaridas*”.

A Marcha das Margaridas vem reivindicando seu espaço, tanto na sociedade como no próprio movimento sindical, com a paridade na gestão participativa e democrática de gênero nos sindicatos. Inque Schneider (2015, p. 44) ensina que;

Paridade participativa de gênero significa igualdade na representação política entre mulheres e homens. É reconhecer a importância social, econômica e política das mulheres trabalhadoras rurais na base do MSTTR. É um princípio de justiça, verdadeiramente democrático e solidário, o que o número por si só não pode garantir. Trata-se, dentre outros, do respeito, de valores morais e éticos condizentes com as relações democráticas que se quer construir.

Neste sentido, a paridade quer dizer o compartilhamento de cargos e funções nas instâncias do movimento sindical em condições de igualdade, ou seja, composição de diretorias efetiva e executiva com 50% de participação de mulheres, obrigatoriamente, após ser votado e aprovado no 11º Congresso da CONTAG, em março de 2013. Esse contexto vem se impondo ante os anteriores, nos quais as mulheres viram negado seus direitos a conhecimento, aprimoramento e participação cidadã. (CONTAG, 2015, p. 42).

Nos dias atuais, as mulheres buscam, cada vez mais, o aprimoramento, como forma de participação em igualdade de condições. Prova disso são os inúmeros cursos ofertados pela FETAG e CONTAG. Além de participação de grupos de estudos, momentos de formação, cursos de capacitação, oficinas, seminários, etc.

As mulheres estão buscando as escolas técnicas, as casas familiares, que trabalham com a pedagogia da alternância e, ainda, as escolas de ensino superior. E assim as mulheres vão construindo a história e a história vai sendo interpretada de acordo com a transformação, ciente de que apesar das lutas diárias tem a capacidade de fazer a diferença para melhorar a educação e todos os setores da vida (CONTAG, 2015, p. 42).

As mulheres e jovens contam, hoje, com a Casa Familiar e Escola Familiar Agrícola, oriundas da França e da Itália, ambas com o mesmo objetivo de implantação da pedagogia da alternância, permitindo reflexão sobre a educação antes da década de 80, em que o ensino era mais voltado para as áreas rurais, ciências agrárias e questões específicas do dia a dia da propriedade e sua sustentabilidade. As

trabalhadoras rurais são as mulheres assalariadas rurais sempre estiveram presentes nas lutas do campo, organizadas pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (MSTTR). No final da década de 1970 e início de 1980 ocorreram as primeiras iniciativas dessa organização, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco”. (NUNES, 2015, p. 39)

Porém, somente em 1985 foi realizada a 1ª Convenção Coletiva de Trabalho, em Bagé/RS, com a participação das assalariadas rurais sindicalizadas. Apesar da luta empreendida, “as mulheres assalariadas rurais ainda enfrentam dificuldade em participar, efetivamente, nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR’S) e nas Comissões de Mulheres”. Segundo Nunes, “em parte, isso se deve a sua jornada de trabalho, extensa e com dificuldades de flexibilização para que possam atuar ativamente na estrutura sindical” (NUNES, 2015, p.39).

Assim sendo, seria possível afirmar que as mulheres assalariadas rurais ainda permanecem invisíveis no movimento sindical, sendo discriminadas e esquecidas, ficando à margem de seus direitos trabalhistas. Nessa linha, nada mais justo do que incluir as reivindicações das mulheres rurais na pauta das ações e atividades do Movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. (QUINTELA, 2016, p. 7)

Observa-se que em outros espaços já existem cotas tais como, na política, com a Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que versa haver, "vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidos por candidaturas de mulheres". Ainda, " se limitar ao âmbito municipal, a medida, concomitantemente, ampliou de 100% a participação das mulheres para 120% das vagas o número de candidatos que cada partido poderia apresentar, esvaziando, assim, de certo modo, o incremento da participação feminina que se dizia disposta a alcançar". (QUINTELA, 2016, p.7)

Nesse sentido observa a autora que;

Ainda em 2009, a Lei nº 12.034 inseriu outras duas medidas à lei de cotas: o estabelecimento da concessão mínima de 10% do tempo de propaganda partidária para as mulheres e a destinação de 5% dos recursos do fundo partidário para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. A Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015, incluiu o artigo 93-A na Lei das Eleições, prevendo que, no período de 1º de abril a 30 de julho, dos anos eleitorais, o TSE promoverá, em até cinco minutos diários, propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a

incentivar a participação feminina na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral. (QUINTELA, 2016, p.8)

Destarte em outros países da América latina teve as cotas um relevante papel na inserção da mulher no cenário político como, o Equador tem-se a primeira experiência de paridade, sendo que foi o primeiro “país da América Latina a assegurar a paridade política em todos os espaços de poder público”. (QUINTELA, 2016, p. 15)

Desse jeito, no caso do Equador, as cotas de gênero para candidaturas femininas já haviam sido instituídas no país em 1997, com caráter progressivo. ” Uma vez que, está “obrigatoriedade de preencher 30% das vagas com mulheres, a lei determinou que a cada pleito eleitoral o percentual mínimo aumentaria em 5% até ser alcançada a igualdade”. Assim, ” a medida determinou o mandato de posição dentro das listas partidárias, que deveriam ser compostas de forma alternada e sequencial entre os gêneros”. Pode- se mencionar que, “a formulação da lei de cotas equatoriana é considerada uma das mais bem realizadas do mundo”. Colaborando com isso “ o website da Assembleia Nacional do Equador 12, o mandato de 2013- 2017 já é constituído de quase 45% de mulheres. Ademais, a Assembleia é atualmente presidida por uma mulher e conta, ainda, com duas vice-presidentes”. (QUINTELA, 2016, p. 16-17)

Nesse sentido na, “ aprovação da Lei de Cotas boliviana em 1997 deveu-se, principalmente, à pressão exercida pela aliança entre organizações femininas da sociedade e mulheres militantes nos partidos políticos”. Visto que a referida,

A lei estabelecia a reserva do percentual mínimo de 30% das vagas para candidatas à Câmara dos Deputados (distribuídas de modo que a cada três candidatos, pelo menos, um fosse mulher) e 25% das candidaturas ao Senado (a cada quatro departamentos, pelo menos, um deveria ser mulher). A lei não versava sobre a alternância ou diferenciava entre candidatas a vagas de titulares ou de suplentes. (QUINTELA, 2016, p, 17-18)

Dessa maneira, “a presença de mulheres apresentou uma queda proporcional em 2005 (voltou para 3,7%), em consequência da crise política, e está em torno dos 44% desde 2009. “ Sendo que, esse resultado, coloca “a Bolívia figura entre os três países com maior representação feminina no Senado, antecedida pelo Zimbábue (47,5%) e Burundi (46,3%)”. Ainda apresenta a "composição da Assembleia Legislativa Plurinacional em 51% de parlamentares homens e 49% de mulheres, em

2015, a Bolívia consagra-se, em termos de paridade política, como um dos parlamentos mais equitativos do mundo”. (QUINTELA, 2016, p. 19)

Nesse sentido, “a Costa Rica é considerada uma das democracias mais consolidadas da América Latina”. Sendo que, “as leis relacionadas ao gênero são indicadoras da tradição democrática e do respeito aos direitos humanos, além do esforço em garantir a igualdade e a não discriminação”. Uma vez que, “Diversamente” dos casos já observados do Equador e Bolívia, não houve “idas e vindas” na legislação no que concerne à participação política da mulher”. Partindo da instituição do voto feminino em 1949, a Lei 7.142/1990, de Promoção da Igualdade Social da Mulher, foi o primeiro marco jurídico de inclusão feminina na política. A partir dessa lei, o Estado obriga-se a promover e garantir a igualdade entre homens e mulheres na política, economia, cultura e sociedade”. (QUINTELA, 2016, p.19)

Assim, entende-se que não é possível afirmar com convicção que vivemos em um Estado plenamente democrático de direitos, “se as mulheres, que somam praticamente metade da sua população, ainda não ocupam, proporcionalmente a este número, cargos de representação e de decisão na esfera pública”. Sendo que, “a democracia pressupõe a representação de uma pluralidade de perspectivas e de interesses nas esferas representativas, e a inclusão política das mulheres é, por conseguinte, uma de suas condições”. (QUINTELA, 2016, p.23)

Nesse sentido, partindo da premissa de que seja de fundamental importância e,

democraticamente indispensável que as mulheres estejam mais presentes na política, faz-se necessário um compromisso da sociedade e do Estado com a causa, mediante a adoção de ações afirmativas que reconheçam as condições de partidas desiguais entre homens e mulheres e criem certas vantagens compensatórias da discriminação e exclusão estruturais impostos historicamente às mulheres. (QUINTELA, 2016, p. 23)

Segundo Simone de Beauvoir em seu livro o Segundo Sexo: “É dentro de um mundo dado que cabe ao homem fazer triunfar o reino da liberdade; para alcançar essa suprema vitória é entre outras coisas, necessário que, para além de suas diferenciações naturais, homens e mulheres afirmem sem equívoco sua fraternidade”.

Considerando a Marcha das Margaridas de 2019, foi realizada uma pesquisa junto às participantes da Marcha de 2019, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Agricultores, onde foram entrevistadas uma mostra de 458 mulheres.

Nesse sentido tendo por base a referida pesquisa, mostra que, mais de 70% das entrevistadas se declararam pretas e pardas, e que 55,2% informam que residem no meio rural, 36,9% disseram residir em áreas urbanas e 7,9% reside alternativamente entre área rural e urbana. Assim se vislumbra que a Marcha não se compõe somente de mulheres rurais. (CONTAG, 2019, 22)

Quanto ao trabalho exercido pelas Margaridas 40,2% das entrevistadas se apresentam como trabalhadoras rurais, outras 33,8% se apresentam como agricultoras familiares, e 18,6% das participantes como trabalhadoras urbanas. Ademais, ainda foram registradas dentre elas assentadas, indígenas, quilombolas, acampadas, camponesas, pescadoras, quebradeira de coco, extrativistas e ribeirinhas. (CONTAG, 2019, p. 23)

Dessa maneira quanto às atividades 36,7% recebe salário mensal, 29,7% fazem artesanatos, doces, geleias ou outros produtos para venda, 42,8% realiza trabalhos eventuais para complementar a renda, 25,1% estudam, 17,5% recebe aposentadoria, 27,5% recebe Bolsa Família, 74,5% participa de trabalho político sindical, partidos políticos ou movimentos sociais, 52,4% realiza trabalho voluntário em igrejas, 55,7% realiza trabalho voluntário em entidades assistenciais ou sociais. (CONTAG, 2019, p. 23)

Nesse sentido 81,9% das entrevistadas disseram que realizam trabalhos domésticos, sendo que 55,9% estão envolvidas na produção agrícola na sua família, das que declaram residir com o cônjuge/companheiro 15,6% afirma que eles participam do trabalho doméstico, e 37,5% das entrevistadas disseram que já vieram em outras edições da Marcha das Margaridas. (CONTAG, 2019, p. 23)

Assim ao analisar os dados da pesquisa se observa que grande maioria das participantes são mulheres pretas ou pardas, e que são moradoras de áreas rurais, que são na sua grande maioria trabalhadoras rurais e ou agricultoras familiares, que mais da metade realiza trabalhos voluntários, grande maioria participa de movimentos

sociais e ou partidos políticos, e que grande maioria realiza trabalhos domésticos, e que os homens em apenas 15,6% ajudam nos trabalhos domésticos.

Dessa forma 25,1% das participantes estudam, e que 74,5% tem participação em movimentos sindicais, sociais ou políticos, garantindo-se que podemos ter uma certa esperança em uma sociedade mais justa e igualitária são estas mulheres que tem a real possibilidade de trazer mudanças e altera a visão da sociedade, através de sua participação e mobilização sindical. Assim “conhecimento da luta feminista contemporânea, as mulheres tomam consciência de si e das injustiças vividas e causadas por elas”. (TIBURRI, 2018, p. 04)

Ademais “a emancipação feminina é, pois, problema complexo cuja solução não apresenta apenas uma dimensão econômica. Mesmo a mulher economicamente independente sofre, na sua condição de mulher, o impacto de certas injunções nacionais e internacionais”, vindo a acarretar um constante estado de vigília perante a sociedade de forma geral. (SAFFIOTTI, 2013, p. 46)

### 3. RESULTADOS

Quanto aos resultados vem chamando atenção pelo grande número de participantes com mais de cem mil mulheres do campo e das florestas participando na última edição de 2019. Essa ampla participação na Marcha das Margaridas, chamou minha atenção em elaborar os seguintes questionamentos: como vem ocorrendo a participação das mulheres nas diretorias dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais? Ou seja, a capacidade de mobilização e participação na Marcha das Margaridas têm sido percebidas em âmbito local? A partir desta pergunta o objetivo deste trabalho é analisar a participação de mulheres trabalhadoras rurais em Sindicatos, mais especificamente na Regional Centro Serra do RS. Desse modo, o presente estudo compreende a dinâmica da efetivação das cotas de participação de mulheres no movimento sindical na região central do Rio Grande do Sul.

Como objetivos específicos delimita-se: (a) investigar a inserção das mulheres nas diretorias dos sindicatos e (b) avaliar a participação feminina nos espaços de direção do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

No âmbito da organização da FETAG o estado do RS está dividido em 23 Regionais Sindicais que perfazem uma representação de todos os sindicatos dos trabalhadores rurais. A Regional Sindical Centro Serra objeto de estudo apresenta de 11 Sindicatos, dos quais foram delimitados para estudo 6 Sindicatos, por ser os que mais tem atuação nos meios virtuais e que dão mais visibilidade as suas diretorias, publicando suas cerimônias de posse em jornais e meios de comunicação da região.

Assim, no presente estudo se buscou verificar como 6 sindicatos da Regional Sindical Centro Serra vem implementando a alocação de mulheres em seus quadros de diretoria desde 2012 até 2022.

Trata-se de um estudo de caso com pesquisa bibliográfica de natureza quantitativa e documental, ou, seja documentos virtuais, pesquisa de documentos de posse de diretoria, desde 2012 até 2022. Disponível no ambiente virtual, de periódicos e nas páginas do Facebook do Sindicatos pesquisados.

Foram analisadas atas de posse das diretorias dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais analisando dos quadros de participação nas diretorias

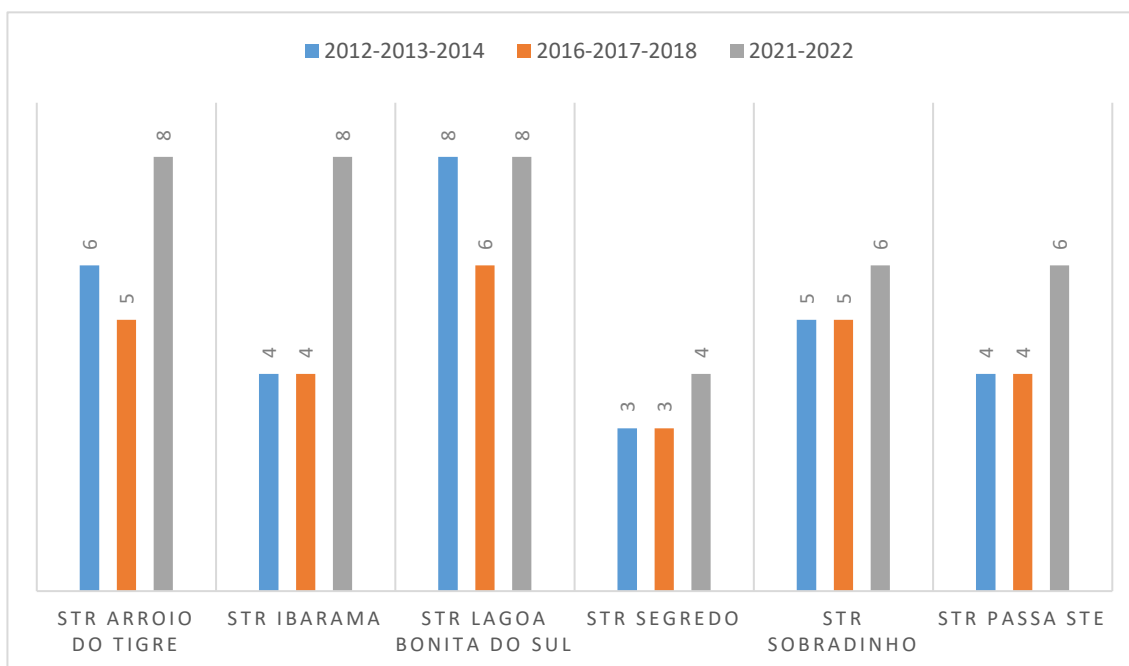


empossados via consulta às páginas dos Sindicatos do Facebook bem como em pesquisa sobre as cerimônias de tomada de posse das diretorias dos sindicatos e reportagens de periódicos virtuais da região Central do Rio Grande Do Sul.

### Presença das mulheres nas diretorias dos sindicatos da Regional Centro Serra da FETAG no RS

O gráfico 02, a seguir, mostra a presença de mulheres nas diretorias sindicais em três períodos de tempo: de 2012 a 2014; de 2016 a 2018 e de 2021 a 2022. Sendo que cada diretoria é composta de 14 a 22 membros conforme cada estatuto de sua entidade.

Gráfico nº 02- Participação das mulheres nas diretorias.



Os dados no informam que, de forma geral, ao longo dos anos a participação das mulheres vem aumentando de forma gradual nos STRs analisados, sendo que em alguns casos esta evolução ocorreu mais lentamente que em outros, como por exemplo o STR do município de Segredo que em 10 anos acrescentou apenas 1 mulher nas diretorias da entidade. De outro lado se observa o caso do STR de Ibarama que ampliou em 50% seu quadro de mulheres em 10 anos.

Destaque especial deve-se dar ao caso do STR de Lagoa Bonita do Sul, que em 2013, tinha uma diretoria composta por 60% de mulheres incluindo a presidente da entidade, a qual foi a primeira e única mulher ocupando o cargo de presidente na regional Centro Serra. Outro fato relevante é que quando a presidência foi ocupada por um homem de em 2017, a participação das mulheres reduziu, sendo retomada apenas em 2021<sup>1</sup>.

A presidente do STR de Lagoa Bonita do Sul, Virginia Helena da Silva Melchor, identificava-se como uma Margarida inclusive tendo participado da Marcha como consta em sua rede social Facebook, de 14 de agosto de 2015:

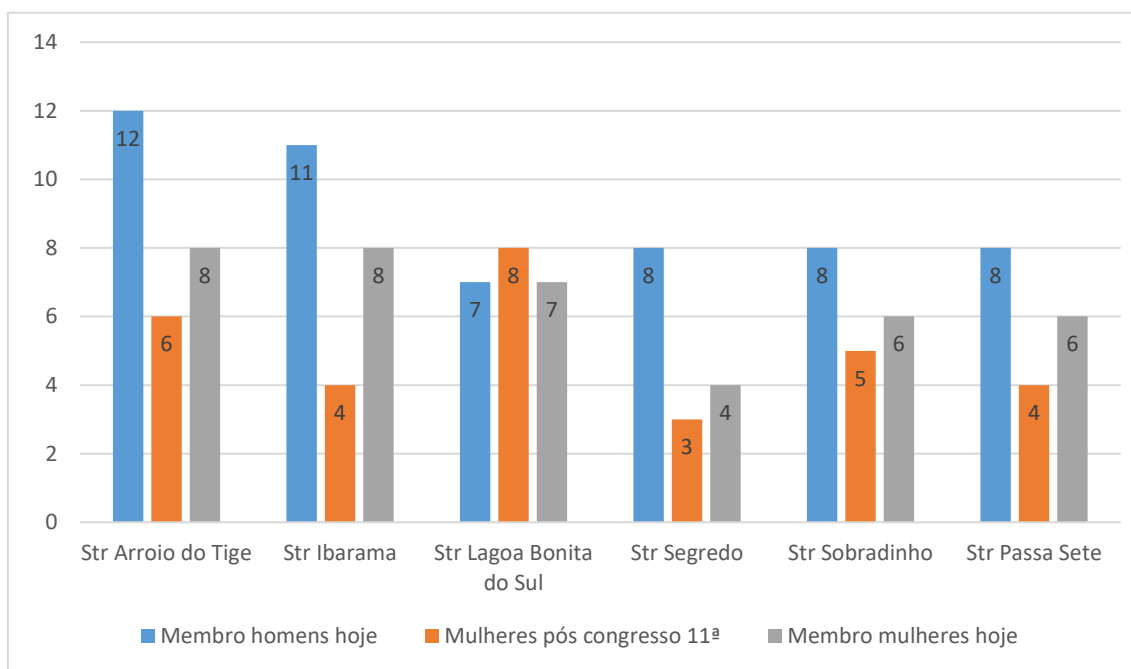
A 5ª Marcha das Margaridas, que começou com a concentração no Estádio Mané Garrincha e ganhou as ruas de Brasília, colorindo o Eixo Monumental e culminando com o cercamento do Congresso Nacional, dia 12 de agosto deu o recado claro de que lá deveriam estar representantes do povo. No gramado ao centro da Esplanada dos Ministérios, bandeiras e faixas davam o tom da reivindicação de cerca de 70 mil margaridas. O ato público não deixou dúvidas: foi uma manifestação em defesa da democracia. Contemplando os oito eixos temáticos da marcha, representantes de federações, sindicatos, entidades parceiras da Contag e uma gama de mulheres, e até homens, mostraram a cara e mostraram a que vieram. Temas como soberania e segurança alimentar, violência contra a mulher, biodiversidade, agroecologia, autonomia econômica, saúde e educação não-sexista foram apresentados de forma direta e criativa. A marcha foi um sucesso, as falas reproduziram a ansiedade dos problemas sentidos e vividos. As mulheres sabiam de sua tarefa em Brasília. Os três estados do Sul mostraram integração e força com a participação de cerca de 500 mulheres. Da regional Sindical Centro Serra e Vale do Rio Pardo participaram 12 pessoas, entre elas o Coordenador e presidente do Sindicato de Arroio do Tigre Alceu Mergen. Lagoa Bonita do Sul esteve representada pela Presidenta do Sindicato Virginia Melchior e a associada Carmen Ines Priebe

No gráfico, nº 03 a seguir, apresenta informações sobre a participação de mulheres após a implantação do 11ª Congresso da CONTAG, que deliberou a obrigatoriedade de pelo menos trinta por cento de mulheres nos quadros de diretorias dos Sindicatos e a comparação com a participação de homens.

---

<sup>1</sup> Diante da leitura de seu último discurso como presidente do STR de Lagoa Bonita do Sul, mostra se observa a preocupação com seus associados bem como com a economia do seu município, e o bem-estar social dos agricultores familiares. (APÊNDICE B)

**Gráfico nº 03:** Participação das mulheres em diretoria por Sindicato desde a implantação do 11ª Congresso da CONTAG de 2013.



Observa-se que em todos os casos a participação dos homens é numericamente superior à participação das mulheres em cargos de diretoria sindical com exceção do STR de Lagoa Bonita, no qual a presença de homens e mulheres se assemelha. Aqui vale uma observação sobre os efeitos da obrigatoriedade na participação.

Vale destacar que o STR de Lagoa Bonita foi o primeiro na regional a ser presidido por uma mulher e que já teve um quadro de diretoria com 60% de mulheres.

Participação feminina nos espaços de direção do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais

Quando se analisa a resolução n.003/2017 da CONTAG, se observa que, nessa data, apenas 14 Federações tinham deliberação da participação paritária de homens e mulheres em suas instâncias deliberativas.

Assim, se vislumbra que o Rio Grande do Sul, não estava dentre as Federações que deliberam pela importância da participação paritária entre homens e mulheres nas suas instâncias, o que reflete bem o que é sentido e vivido na Regional Centro Serra.

Assim cumprindo com as resoluções de 003/2017, da CONTAG, apenas em 2020 a Federação do Estado do Rio Grande do Sul teve a paridade implementada na sua diretoria, o que pode ser observado na foto a seguir na qual a presença de homens e mulheres se equivalem.

**Foto nº 02:** Diretoria Empossada 2020 (Última)



Fonte: Disponível em:< <http://fetags.org.br/a-fetags-rs/diretoria/>> Acesso em: 19 setembro 2022

Dessa forma na Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul, a paridade de gênero na diretoria pela primeira vez já se torna realidade, servindo de exemplo

para seus Sindicatos filiados, que talvez em suas próximas diretoria tenhamos mais participação de mulheres nos quadros deliberativos dos Sindicatos.

#### **4 CONCLUSÃO**

Este trabalho parte de uma indagação a respeito da correspondência entre o crescente reconhecimento do papel político das mulheres na sociedade e no mundo rural, representado no mundo sindical rural pela formação e fortalecimento da Marcha das Margaridas, e a efetiva presença de mulheres nas diretorias sindicais e no movimento sindical da FETAG. Para isso investigou-se o caso de seis STRs localizados na região Centro Serra da FETAG/RS.

Assim movimentos sindicais dos trabalhadores rurais têm revelado grande capacidade de organização e mobilização, bem como seu caráter formativo, de denúncia e pressão, além de proposição, diálogo e negociações políticas com o Estado, vindo a ser a maior e mais efetiva ação das mulheres agricultoras familiares, no Brasil, partindo da organização em cada município com seu sindicato e ou extensão de base.

As informações permitem concluir que apesar da grande dificuldade na implementação das cotas de mulheres nas instâncias deliberativas do Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, ser lenta, salvo em alguns casos, tem-se evoluído gradativamente em cada diretoria, ano após ano.

Considerando o material analisado, creio que estamos muito longe de uma paridade nas diretorias, mesmo porque os presidentes na sua grande maioria são senhores de uma certa idade e, portanto, o patriarcado ainda impera nas suas decisões quanto a participação das mulheres nas diretorias.

Dessa forma a Marcha das Margarida é o genuíno processo de empoderamento feminino, pois nas suas fileiras se encontra mulheres agricultoras familiares, de todos os recantos deste nosso Brasil, empoderadas de uma inabalável esperança de ver uma pátria melhor, com mais justiça e solidariedade, iniciando pela

participação nos sindicatos de suas cidades. Muito ainda tem que evoluir, mas pequenos progressos são melhores que progresso nenhum.

Assim este estudo não pretende acabar aqui, devendo se observar em mais alguns anos novas mudanças nas diretorias, ou em resoluções da Confederação que por ser deliberativa, impõe o dever de fazer, como foi com as cotas de mulheres, de jovens e de aposentados.

## REFERÊNCIAS

ÀLVARES, Maria Luzia Miranda. **Histórias de Mulheres, Empoderamento e Ativismo Político** Disponível em:<

<http://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-4/artigos/artigo-4-%20luzia.pdf>> Acesso em: 19 setembro 2022 .

BEAUVOIR. Simone de. *O Segundo Sexo*. Vol. I, Disponível

em:<<https://docs.google.com/file/d/0BJhFgnzi0XKLXVVVIUyeTRDTIk/edit?pref=2&pli=1>> Acesso em: 10 de maio de 2022.

CABOLT. Laurie, **O poder da bruxa: A terra, a lua, e o caminho mágico feminino**. Rio de Janeiro, 4ªed. Campus, 1992

CONTAG . Disponível em:

<https://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=432&ap=1&nw=1> Acesso em:27 setembro 2022.

CONTAG-2º **MÓDULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES E EDUCADORAS EM CONCEPÇÃO, PRÁTICA SINDICAL E METODOLOGIA DA FORMAÇÃO**. Disponível

em:<[www.contag.org.br/.../f71611%20MODULO%20NORTE%20%20CADERNO%20DE%20](http://www.contag.org.br/.../f71611%20MODULO%20NORTE%20%20CADERNO%20DE%20)> Acesso em 22 setembro 2022.

CONTAG 40 ANOS. Disponível em:<

<http://www.contag.org.br/imagens/CONTAGRevista40anos.pdf>> Acesso em: 27 setembro 2022

CONTAG. **9º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Anais**. Fevereiro-março de 2005.

CONTAG, Brasília (DF), 2005.

CONTAG. **10º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Anais**. março de 2009.

CONTAG, Brasília (DF), 2009.

CONTAG. **11º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Anais.** março de 2013.

CONTAG, Brasília (DF), 2013.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Jornada das Margaridas.** Brasília: Mais Gráfica Editora, 2009.

CONTAG. Marcha 2015. **Desenvolvimento Sustentável com Democracia, justiça, autonomia, liberdade e igualdade. Caderno para estudos e debates;** Brasília 2015.

CONTAG. **Cadernos de debates; Desenvolvimento sustentável na perspectiva das Mulheres do campo, da floresta e das águas.** Vol. 1, 2, 3, 4, 5, 6. Brasília 2019.

CONTAG. **Revista Marcha das Margaridas** 2019; Brasília 2019.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Jornada das Margaridas.** Brasília: Mais Gráfica Editora, 2009.

CONTAG. **Jornal da CONTAG**, Ano XI Número 126, agosto/setembro. Brasília, 2015.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Jornada das Margaridas.** Brasília: Mais Gráfica Editora, 2009.

CONTAG. **Resolução nº 003/2017.** Disponível em:

[http://www.contag.org.br/imagens/ctg\\_file\\_526226765\\_11092019152549.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_526226765_11092019152549.pdf) Acesso em: 19 setembro

2022.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **A trajetória política – educativa de Margarida Maria Alves.** Disponível em:<

<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/2.-Tese-sobre-Margarida-Alves.pdf> >Acesso em: 10 maio de 2022.



FERRARI, Rosana. **O Empoderamento da Mulher**. Disponível em:  
<<http://www.fap.sc.gov.br/noticias/empoderamento.pdf> > Acesso em: 29 janeiro 2023.

FORREST, Niara Paz Romero. **Gênero e relações de poder na Biblioteconomia:**

GEHLEN-Ivaldo,; MOCELIN- Daniel Gustavo. (org) **Organização social e movimentos sociais rurais** [recurso eletrônico]; coordenado pela SEAD/ UFRGS . — dados eletrônicos. — 2. ed. rev. e ampl. — Porto Alegre Editora da UFRGS, 2018. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180969?locale-attribute=en> Acesso em: 14 outubro 2022.

KORSACK. Maciel Letícia; DORNELES. Fontoura Elizabeth. **O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE**. Disponível em:

<https://www.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2014/DIREITO%20A%20UMA%20VIDA%20LIVRE%20DE%20VIOLENCIA/RESUMO/RESUMO%20-%20O%20PAPEL%20DA%20MULHER%20NA%20SOCIEDADE.PDF> Acesso em: 23 dezembro 2022.

R. SPENCER. Heinrich. James. **O Martelo das Feiticeiras- Malleus Maleficarum**. Rio De Janeiro: Rosa Dos Tempos, 1991(1484).

MACHADO, Rubens Approbato. **Advocacia e Democracia**. Brasília: OAB Editora, 2003.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário (Governo Brasileiro). Brasília, 2010.

MEDEIROS, Marcelo. As Teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos. Disponível em:  
[https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/4488131/mod\\_resource/content/1/Teorias%20Estratifica%C3%A7%C3%A3o%20Social.pdf](https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/4488131/mod_resource/content/1/Teorias%20Estratifica%C3%A7%C3%A3o%20Social.pdf) Acesso em: 23 maio 2022.

MONTEIRO. CHRISTIANE SCHORR, **AS CONQUISTAS E OS PARADOXOS NA TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA LUTA POR RECONHECIMENTO**- Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/downloadteste/arqs/cp098527.pdf>> Acesso em: 29 outubro 2022.

MOURA, Jeanne Mariel Brito de. MACIEL, Cleiton Ferreira. **A construção teórica de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens: as articulações entre as ações dos sujeitos e a estrutura social.** Disponível e: <[periodicos.unb.br › ojs248 › index.php › revistapos › article › download](http://periodicos.unb.br/ojs248/index.php/revistapos/article/download) > Acesso em: 26 maio de 2022.

NUNES, Vilce T. Leão. (Coord. Inque Schneider). **Mulheres assalariadas rurais permanecem na invisibilidade.** In: Revista das Mulheres/ FETAG/RS – STRs., Vol. 18, Nº 18 (mar/2015). Porto Alegre:

FETAG/RS, 1998. QUINTELA, Débora Françolin. **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO BRASIL: DAS COTAS DE CANDIDATURA À EFETIVA PARIDADE NA REPRESENTAÇÃO.** Disponível em:<

<http://www.conpedi.org.br/publicacoes/y0ii48h0/66sv2326/4Kcl4H76Bb5H1bBA.pdf>>

Acesso em: 11 maio 2022.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica.** 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

Rodrigues, Cristiano Santos. **MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: TRAJETÓRIA POLÍTICA, PRÁTICAS MOBILIZATÓRIAS E ARTICULAÇÕES COM O ESTADO BRASILEIRO.** Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a05.pdf>> Acesso em: 19 setembro 2022.

RUBIN, Gayle O. **O Tráfico de Mulheres: a economia política do sexo.** Trad. Christine Rufino Dalbat. Edleuza Roca e Sônia Correia. Recife: SOS Corpo, 1993.

SARLET, Ingo Wolfgang . **A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro.** Disponível em:

<<http://www.direitodoestado.com/revista/rere-21-marco-2010-ingosarlet.pdf>> Acesso em: 17 maio 2022.

SILVA, Vinicius da; LONDERO, Josirene Candido. **DO MATRIARCALISMO AO PATRIARCALISMO: formas de controle e opressão das mulheres.** Disponível

em:<[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO\\_EV053\\_MD1\\_SA8\\_ID48\\_21042016135430.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV053_MD1_SA8_ID48_21042016135430.pdf)> Acesso em: 29 outubro 2022.

SILVA, Vinicius da e LONDERO, J.C. **A Marcha das Margaridas – política de gênero em busca da eficácia dos direitos e garantias fundamentais das trabalhadoras rurais**. In: *XII Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*. UNISC: Santa Cruz do Sul, 2015.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Disponível em:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300331/mod\\_resource/content/1/SAFFIOTI%20-%20Heleieth.%20A%20mulher%20na%20sociedade%20de%20classes.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300331/mod_resource/content/1/SAFFIOTI%20-%20Heleieth.%20A%20mulher%20na%20sociedade%20de%20classes.pdf)  
Acesso em: 29 Janeiro 2023.

TEIXEIRA, Marco Antônio, Renata Motta, Lúcio Rennó, Lea Zentgraf, e Eryka Galindo. 2021. **“Marcha das Margaridas 2019: alimentação, mobilização social e feminismos”** Food for Justice Working Paper Series, no. 2. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy.

TIBURI, M. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Disponível em:  
<file:///C:/Users/Adriani%20Puntel/Downloads/30334-Texto%20do%20Artigo-119482-2-10-20190927.pdf> Acesso em: 29 janeiro 2023.

Watanabe, Célia Hissae. **DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL SOLIDÁRIO E A FORMAÇÃO SINDICAL: A EXPERIÊNCIA DA CONTAG**  
Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_227.pd](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_227.pd)> Acesso em: 27 setembro 2022.

WEYL, Luana M. **Combater a feminização da pobreza com empoderamento feminino – a experiência do projeto de extensão universitária: “Promotoras Legais Populares” da Universidade de Brasília**. Disponível em:  
<<http://www.unl.edu.ar/iberoextension/dvd/archivos/ponencias/mesa4/combater-afeminizacao-da-po.pdf>> Acesso em: 29 janeiro 2023.

## **APÊNDICE A – CONSTRUÇÃO DA PESQUISA SITES PESQUISADOS**

### **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ARROIO DO TIGRE**

Página do Sindicato: <https://www.facebook.com/Sindicato-dos-Trabalhadores-Rurais-de-Arroio-do-Tigre-379018109364648>

Página do Presidente: <https://www.facebook.com/alceu.mergen>

Página Portal Gaz: <https://www.gaz.com.br/nova-diretoria-do-sindicato-dos-trabalhadores-rurais-e-empossada/>

Página da Fetagr: <http://fetagr.org.br/str-arroio-do-tigre-empossa-diretoria/>

## **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IBARAMA**

Página do Sindicato:

<https://www.facebook.com/sindicatodostrabalhadoresruraisdeibarama.str>

Página do Presidente: <https://www.facebook.com/gilson.rodrigues.904>

## **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DA LAGOA BONITA DO SUL**

Página do Sindicato: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100064835164769>

Página do Presidente: <https://www.facebook.com/sidineinilson.bach>

Página Ex- Presidente: <https://www.facebook.com/virginia.melchior.1>

## **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SEGREDO**

Página do Sindicato: <https://www.facebook.com/sindicato.39501789>

Página do Presidente: <https://www.facebook.com/search/top?q=miguel%20limberger>

Página Portal Gaz: <https://www.gaz.com.br/miguel-limberger-toma-posse-para-seu-nono-mandato-no-str-de-segredo/>

## **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SOBRADINHO**

Página do Presidente: <https://www.facebook.com/delmarmaristela.waide.3>

Página Conselheiro Fiscal: <https://www.facebook.com/vinicius.dasilva.3158>

## **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PASSA SETE**

Página do Sindicato: <https://www.facebook.com/str.passasete>

Pagina do Presidente: <https://www.facebook.com/danilo.trindade.5243>

## **APÊNDICE B – ÚLTIMO DISCURSO DA ÚNICA PRESIDENTE MULHER**

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Bonita do Sul foi fundado em 09 de dezembro de 2000 e teve como primeiro presidente o Sr. Gildo Nei Grigollo. Em 2001, o Sindicato filiou-se à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG, mas em seguida, interrompeu suas atividades junto a Federação, fazendo então uma parceria com o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Desde sua fundação o Sindicato vem trabalhando para melhorar as condições de vida dos agricultores através da organização da classe e implementação das políticas públicas conquistadas.

No início da caminhada auxiliava o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) no encaminhamento de Pronaf e Programa de Moradia Rural entre outras atividades. Em outubro de 2003, eu Virginia Helena da Silva Melchior, até então secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, assumi a presidência da entidade devido o afastamento do então presidente Gildo Nei Grigollo, terminando o mandato para o

qual ele havia sido eleito e cumpri mais 3 mandatos de 4 anos, que hoje se encerra. Durante esse período, em algum momento participei de todos os conselhos municipais representando a Entidade. Dentre as iniciativas da entidade pode ser citado como destaque: a criação do banco de sementes crioulas (milho e feijão), com esse banco era possível emprestar sementes aos agricultores, num sistema troca-troca. Já em convênio com o governo do Estado, via Secretaria de Agricultura – Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais FEAPER, a entidade participa do programa troca-troca de sementes de milho de diversas variedades. O Sindicato também intermedia a compra de mudas de árvores nativas, ornamentais e frutíferas com o objetivo de auxiliar os agricultores no reflorestamento, embelezamento e na diversificação de suas propriedades. A entidade também mantém convênios com diversos médicos, dentistas, laboratórios e comércio em geral com o objetivo de proporcionar aos associados descontos significativos em suas aquisições e ou consultas.

Encaminha todo tipo de benefício junto ao INSS, prestando também serviços de escritório a seus associados. Em conjunto Sindicato e MPA, com apoio da administração municipal e de associados foi adquirido um terreno e construída a sede própria das entidades onde é prestado atendimento desde o ano de 2006. Já no ano de 2012 os associados, reunidos em Assembleia Geral, decidiram pelo retorno à filiação junto a FETAG, o que proporcionou habilitou a entidade a trabalhar com novas políticas públicas em benefício de seus associados como: Programa de Moradia Rural e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A entidade pôde então, fornecer a Declaração de aptidão ao PRONAF - DAP, anexo XII, enfim inúmeros serviços que auxiliariam melhor os agricultores Lago Bonitenses.

Com o Programa Moradia Rural, foram beneficiadas 18 famílias com casas novas e 14 com reformas de suas residências, totalizando um valor de R \$711.800,00 (setecentos e onze mil e oitocentos reais). Todo esse aporte de recursos ficou no município de Lagoa Bonita do Sul não só no investimento, mas também no comércio de materiais de construção e mão de obra.

Recentemente, no mês de abril, encaminhamos nove novos projetos para moradia rural, cuja documentação já se encontra em análise no Ministério das Cidades e logo a entidade poderá dar continuidade ao programa. Durante esse tempo participamos de inúmeras manifestações organizadas pelo movimento sindical na reivindicação e

manutenção das políticas públicas em benefício dos agricultores familiares. Hoje, em nossa despedida, gostaríamos de lembrar e agradecer pelas boas parcerias construídas ao longo desta bonita caminhada com a Administração Municipal com todos os administradores que passaram pela prefeitura bem como, o Secretariado, Câmara de Vereadores, a Emater, as Escolas Municipais e Estadual, com a Associação de Trabalhadoras Rurais, Jovens Rurais, CTG, ARISE, Sicredi entre outras.

Tivemos boas relações com as comunidades, suas diretorias, grupos de mulheres, enfim com toda a comunidade Lago Bonitense. “Nada se faz sozinho”, obrigada pela parceria, apoio e companheirismo de todos em todos os momentos. Agradecemos também a parceria da nossa Federação – FETAG, onde sempre nos deram suporte nos momentos de dúvida, através da assessoria do Dilson ou com qualquer outra pessoa que falávamos sobre os mais diversos temas. Agradecemos também aos Dep. Estadual Elton Weber e ao Deputado Federal Heitor Shuch pela defesa da nossa classe trabalhadora rural. Aos colegas presidentes dos demais sindicatos da regional nosso abraço fraterno, pois nessa convivência formamos uma grande família “a família sindical”. Foram mais de 16 anos à frente desta entidade, foram muitos altos e baixos, nas épocas de maior facilidade, mas nas muitas de dificuldade também. Sabemos que deixamos a desejar em alguns pontos, sei que não fizemos tudo que era necessário, mas sei também que fizemos o que foi possível diante de cada situação que se apresentou neste período.

Agradeço aos companheiros de Diretoria, com quem pude contar sempre que precisei e desejo aos associados que continuem firmes e fortes na luta juntamente com os diretores que continuam e também os novos que possam continuar na luta por dias melhores para todos os trabalhadores rurais. Muito obrigado!

(Discurso de despedida de Virginia Helena da Silva Melchor, Presidente do Sindicato Dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Bonita do Sul e, 13 de maio de 2017, publicação Facebook).



